

MOVIMENTOS NA LUTA PELA MORADIA NO CENTRO DE SÃO PAULO: AGENTES NA DINÂMICA COTIDIANA DO BIXIGA (ST-10: TERRITÓRIOS, LUTAS SOCIAIS E PLANEJAMENTO EM CONTEXTO DE CONFLITO)

Inês Lucchesi de Carvalho

Universidade Federal do ABC | ines.lucchesi@ufabc.edu.br

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: Este trabalho fornece subsídios para a análise da contribuição dos movimentos de luta pela moradia ao processo de manutenção da população de baixa renda no território do Bixiga. Identifica os principais agentes envolvidos na luta, destacando lideranças, demais participantes dos movimentos, moradores das pensões, cortiços e ocupações e o Estado, procurando compreender seus projetos e suas estratégias de atuação e a presença no cotidiano do território. Utiliza como referencial teórico-conceitual o território usado e praticado de Milton Santos e busca investigar as práticas do movimento como ações contestatórias e contra-hegemônicas vinculadas às relações sociais, como sugere Ana Clara Torres Ribeiro. A partir desta discussão e considerando as significações constituídas pelos imaginários como produtoras das ações, abre-se um campo para investigar como os movimentos de moradia interferem na superação das representações sociais hegemônicas, concedendo-lhes outros sentidos na expressão da materialidade.

Palavras-chave: Movimentos de moradia; Ocupações; Território usado e praticado; Bixiga; FLM.

MOVEMENTS IN THE STRUGGLE FOR HOUSING IN THE CENTRE OF SÃO PAULO: AGENTS IN THE EVERYDAY DYNAMICS OF BIXIGA

Abstract: *This work provides support for analysing the contribution of housing struggle movements to the process of maintaining low-income population in the territory of Bixiga. It identifies the main agents involved in the struggle, highlighting leaderships, other participants in the movements, residents of boarding houses, tenements and occupations, and the State, seeking to understand their projects and strategies of action, and their presence in everyday life of the territory. It uses Milton Santos' conceptual framework of the used and practised territory and seeks to investigate the movement's practices as contestatory and counter-hegemonic actions linked to social relations, as suggested by Ana Clara Torres Ribeiro. From this discussion and considering the meanings constituted by imaginaries as producers of actions, it opens up a field for investigating how housing movements interfere in overcoming hegemonic social representations, granting them new meanings in the expression of materiality.*

Keywords: *Housing movements; Occupations; Used and practised territory; Bixiga; FLM.*

MOVIMIENTOS EN LA LUCHA POR LA VIVIENDA EN EL CENTRO DE SÃO PAULO: AGENTES EN LA DINÁMICA COTIDIANA DE BIXIGA

Resumen: *Este trabajo proporciona elementos para el análisis de la contribución de los movimientos de lucha por la vivienda al proceso de mantenimiento de la población de bajos ingresos en el territorio de Bixiga. Identifica los principales agentes involucrados en la lucha, destacando liderazgos, otros participantes de los movimientos, residentes de pensiones, conventillos y ocupaciones, y el Estado, buscando comprender sus proyectos y sus estrategias de actuación y la presencia en la cotidianidad del territorio. Utiliza como referencia teórico-conceptual el territorio usado y practicado de Milton Santos y busca investigar las prácticas del movimiento como acciones contestatarias y contrahegemónicas vinculadas a las relaciones sociales, como sugiere Ana Clara Torres Ribeiro. A partir de esta discusión y considerando los significados constituidos por los imaginarios los productores de las acciones, se abre un campo para investigar cómo los movimientos por la vivienda interfieren en la superación de las representaciones sociales hegemónicas, otorgándoles otros sentidos en la expresión de la materialidad.*

Palabras clave: *Movimientos por la vivienda; Ocupaciones; Territorio usado y practicado; Bixiga; FLM.*

INTRODUÇÃO

A expansão do capitalismo no seu modelo de acumulação se traduz no espaço urbano na reprodução do capital sem a atividade produtiva, com sua valorização em decorrência da localização (Singer, 1982), alimentada pelos investimentos do poder público (Bolaffi, 1982). Assim, na cidade capitalista, os programas de qualificação urbana e expansão da rede de infraestruturas e serviços, promovidos diretamente ou com incentivos do Estado, acarretam o interesse de empresas e de moradores de rendas mais elevadas em determinadas regiões, ocasionando o deslocamento, forçado ou resultante, dos mais pobres para localizações menos valorizadas (Singer, 1982).

No território do Bixiga, o interesse do mercado imobiliário intensifica-se com os incentivos à verticalização provocados nas áreas dos Eixos de Estruturação Urbana indicados pelo Plano Diretor, especialmente em torno de acessos a linhas de metrô, como é o caso da Linha Laranja em implantação na região, conforme mencionam Almeida e Nascimento (2024). As autoras assinalam o processo de resistência à gentrificação e de garantia da vocação residencial de renda média e baixa do bairro, nos embates travados com o poder público por diversos coletivos da sociedade civil. No entanto, enfocam a questão essencialmente pelo referencial da proteção do patrimônio, mesmo considerando este em sua visão ampliada para além do patrimônio material, incluindo os aspectos ambientais, culturais, sociais e da memória dos diversos grupos sociais. Outros autores já abordaram a temática do caráter popular do bairro e da sua valorização patrimonial (Barbour, 2017; Muniz et al., 2021; Muniz, 2020; Scarlato, 1995; Vercelli; Tirello, 2017), mesmo apresentando interpretações distintas sobre seu impacto na preservação da população no território.

Ampliando essa discussão e entendendo os movimentos de luta pelo direito à moradia como fundamentais na disputa territorial (Barbosa, 2014), este trabalho fornece subsídios para a análise da contribuição destes movimentos ao processo de manutenção da população de baixa renda no território do Bixiga. Na complexidade de processos em curso, identifica quem são os principais agentes envolvidos, destacando lideranças, demais participantes dos movimentos, moradores das pensões, cortiços e ocupações e o Estado, procurando compreender seus projetos e suas estratégias de atuação e a presença no cotidiano do território.

Para compreender a dinâmica da luta pela moradia no Bixiga, este estudo se concentra na atuação do Movimento de Moradia e Inclusão Social (MMIS), vinculado à Frente de Luta por Moradia (FLM), no território e seus desdobramentos imediatos. A análise utiliza como referencial teórico conceitual o território usado e praticado de Santos (2005) e busca investigar as práticas do movimento como ações contestatórias e contra-hegemônicas vinculadas às relações sociais, como sugere Ribeiro (2013). Entendendo como fundamental o reconhecimento das práticas dos movimentos populares como produtoras de conhecimento, a análise parte da valorização do trabalho de campo e da interação em uma escala humana, proposta por Souza (2022), envolvendo o acompanhamento e participação da pesquisadora-

ativista em reuniões e conversas exploratórias, como parte da observação participante¹ durante o percurso da pesquisa de mestrado em andamento².

Além desta pequena introdução, o trabalho se desenvolve em três partes, a segunda perfazendo mais dois momentos. Na primeira parte, são discutidas as considerações teóricas sobre o território e as práticas sociais. Na segunda, é situado o movimento de moradia na região central de São Paulo e a atuação da FLM no Bixiga, indicando os agentes da luta pela moradia, determinando nos dois momentos adicionais a contextualização do MMIS em sua atuação relacional, primeiramente com a população e depois com o Estado. Na terceira parte, nas considerações finais, são apresentados os elementos de reflexão sobre os agentes envolvidos, que nos remetem a questionar os efeitos transformadores das práticas da luta nos sentidos das ações e sua potência sobre os imaginários coletivos e nas representações sociais, propondo a continuidade da pesquisa.

O TERRITÓRIO MOLDADO PELOS SENTIDOS DA AÇÃO

A compreensão da atuação do MMIS no território do Bixiga é fundamentada no conceito de território usado e praticado de Santos (2005) e de sua estruturação a partir da definição do espaço geográfico “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2006, p. 21). Em sua concepção, este espaço em movimento é cotidianamente remodelado por seus atores como produto dos eventos. Sendo dinâmico, cumpre funções determinadas ou adquiridas, conforme seu uso por relações sociais existentes, derivadas das sociabilidades pregressas. Assim, dialogando com Ribeiro (2012), o território como forma de expressão do poder hegemônico é a representação do imediatamente visível, que ignora as práticas de todos, e a propagação do sentido do território da ação estratégica é a forma de apagar a verdadeira problematização do espaço e reduzir os sentidos da ação.

Verifica-se, então, para compreensão dos movimentos de moradia, a necessidade evidenciada por Ribeiro (2013), de valorização das práticas sociais e não somente da estrutura da sociedade, pois são elas as responsáveis pela transformação e reorganização das relações sociais e da vida coletiva. Nesta perspectiva, ainda coloca a autora a importância de não desvincular os sujeitos sociais da atuação dos movimentos. Para isso, sugere a utilização das dimensões do poder, refletida nas conquistas das políticas públicas; da participação, na sua configuração enquanto sujeito; da organização, diretamente vinculada a atuação para as conquistas de escalas de atuação política; e da situação social, evidenciando a motivação para mobilização e situando os sujeitos na esfera da política. Contudo, essas categorias não devem ser aplicadas como elementos dissociados, pois, como afirma Santos (2006), a totalidade não é o resultado da soma das partes transformadas, já que a totalização é um momento do processo, sempre em movimento, não existindo necessariamente uma relação direta entre as partes transformadas e a totalidade seguinte. As possibilidades irrealizadas são a latência e se tornam histórica e geograficamente concretizadas pela ação.

Ainda conforme Ribeiro (2013), os movimentos sociais emergem cada vez mais de iniciativas que contestam as estruturas de poder e se utilizam da ação como medida conceptiva e contra-hegemônica. No entanto, considerando a perspectiva de Santos (2006), as forças atuantes no território, de ordem local, são também transformadas pelas ações do acontecer hierárquico, a partir de interferências externas, compondo a funcionalidade do novo sistema de objetos e ações em constante movimento. Assim, são as forças mais poderosas, não sendo únicas e nem homogêneas, que produzem as situações de dominação hegemônica. É no local que se consagra o processo global e amplo, organizando a nova composição das funcionalidades dos elementos, conforme o autor. Desta forma, o capital e o Estado, os movimentos de moradia, a população, o território do Bixiga e seus moradores, se constituem e se modificam continuamente, compondo os sistemas de objetos e ações, fundamentados, segundo o autor, em normas e forças do acontecer correspondente. Portanto, mesmo centrando na perspectiva da atuação do MMIS, só podemos compreender o fenômeno em conjunção com as demais forças atuantes no território, sejam de ordem local ou externa. Com esse entendimento, é importante também considerar o Estado em suas diversas faces, e em atuação no dinamismo do sistema.

A LUTA PELA MORADIA DA FLM NO BIXIGA

Os cortiços e pensões são a principal forma de moradia dos trabalhadores pobres na região central da capital paulista desde o início do seu crescimento urbano (Kowarick, 2013). A intervenção estatal na questão habitacional, a partir do final do século XIX, foi impulsionada por uma concepção higienista da cidade, sem enfrentar as verdadeiras causas das péssimas condições de moradia da classe trabalhadora, decorrentes da estrutura social e econômica vigente. Como os cortiços eram parte fundamental da manutenção dos baixos salários e da reprodução da força de trabalho, sua eliminação não era possível (Bonduki, 2011).

Embora permaneçam como a forma essencial de moradia para população de baixa renda na região, as disputas territoriais mantêm uma situação conflituosa até a atualidade, com novas modalidades de expropriação urbana (Ferrara; Gonsales; Comarú, 2019). Os processos de financeirização da economia, acirrados no contexto da expansão do neoliberalismo, exacerbam a crise das relações sociais, com aumento das distâncias sociais e da exclusão. Mesmo acostumadas com a constante falta de acesso aos benefícios das melhorias urbanas implementadas, nas classes populares eclodem movimentos antagônicos à produção do modelo de cidade voltado exclusivamente à reprodução do capital. São manifestações com insurgências que transpõem as esferas políticas da negociação institucionalizada. Trata-se da reinvenção das estruturas de convívio social, com novas formas de construção do tecido urbano (Ribeiro, 2006).

Desta forma, são os elementos conjunturais e os limites culturais, em um ambiente político determinado que irão favorecer a atuação e a constante reconfiguração do movimento de moradia. As ocupações de edifícios ociosos desde a década de 1990 passam a fazer parte do

repertório utilizado pelos movimentos para reivindicação direta ao direito à moradia e ao mesmo tempo funcionando como instrumento de denúncia para o não cumprimento da função social da propriedade (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012). Conforme salienta Miraftab (2009), é necessário o reconhecimento dos processos urbanos construídos pela população dentro da dinâmica da sociedade capitalista como resposta imediata aos problemas cotidianos, para além das fronteiras do planejamento urbano formal com bases colonialistas. Este perpassa pela legitimação das práticas insurgentes como formas de inclusão e participação contra-hegemônicas, rompendo com as limitações da participação popular proposta pelo neoliberalismo com o sentido de promover a estabilização de conflitos e o controle social.

De acordo com Stevens (2019), na região central de São Paulo, os movimentos de moradia que promovem as ocupações dos edifícios ociosos tiveram sua origem na Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), com desmembramentos e unificações em função de divergências em táticas e estratégias de luta. A FLM, criada em 2004, reúne vários movimentos sob a mesma bandeira, afirma o autor, e atualmente o MMIS é um destes movimentos e está presente no território do Bixiga, especialmente. Há um acordo prévio entre as lideranças dos diversos movimentos para as atuações territoriais, mas, como em qualquer situação de conflito, as negociações são complexas, mesmo existindo uma coesão de objetivos. Outro movimento com atuação direta no Bixiga é o MSTC, que devido a divergências de ordem política, em muitas situações mantém um contexto de disputa territorial com o MMIS.

Barbosa (2014) destaca a dificuldade de realizar um levantamento preciso das ocupações realizadas pelos movimentos organizados e sua permanência, especificamente pela sua dinâmica constante e instabilidade, com processos de ocupação, desocupação e reocupação. Ainda que sejam também uma solução imediata para a moradia, com a possibilidade de estancar os gastos com o aluguel, a instabilidade causada principalmente pelas constantes ameaças de despejos torna bastante complexo para os moradores das ocupações conseguirem melhorar as precárias condições de algumas edificações, em estado de deterioração devido aos anos de abandono anteriores (Stevens, 2019). Com isso, nos últimos anos, a FLM, neste processo histórico de afirmação do movimento e mobilização da luta, tem atuado no sentido de fortalecer espaços onde exista melhores condições de habitabilidade e permanência durante as disputas pela concretização do projeto habitacional.

A ocupação Oswald de Andrade, localizada no bairro do Bixiga, é uma das mais estruturadas edilmente, pois o imóvel fora reformado antes da sua primeira ocupação pela FLM, em 2014. O próprio movimento o entende como uma vitória desmesurada devido às excelentes condições da edificação. Tornou-se um referencial da FLM no território e outras relações sociais derivam da sua própria condição privilegiada, desmitificando as imagens de precariedade habitacional das ocupações e de marginalização dos sem-teto e fortalecendo a luta. Ainda em disputa com o poder público, que almeja transferi-lo para o parque de imóveis municipais, concentra antigas lideranças morando no local e estabelece a resistência pela

negociação legal, ao mesmo tempo que mantém a ocupação. A permanência por mais de 10 anos fortalece a presença no cotidiano do bairro e assegura a possibilidade de outros vínculos políticos essenciais para a atuação do movimento, com um endereço de moradia no território para os ocupantes, mesmo em disputa. Além disso, promove diversas atividades com os moradores do bairro, como festas, parcerias com outros movimentos, ações de regularização cadastral, um brechó social, entre outras.

Figura 1: Fachada da Ocupação Oswald de Andrade em agosto de 2021



Fonte: autora.

O crescimento do número de cortiços no território, constatado no último levantamento efetuado pela prefeitura na pesquisa do Censo de Cortiços e Assemelhados da Região Central de São Paulo de 2022³, pode ser analisado como indício do deslocamento de moradores de outras regiões do centro, onde foi verificada a redução, para o Bixiga. Ao mesmo tempo, a prefeitura atualmente não tem no seu cardápio de políticas de atendimento nenhum programa específico para a população moradora dos cortiços e pensões. Desta forma, o movimento exerce papel fundamental como mobilizador, procurando envolver e articular as famílias do território para a conquista do direito à moradia, em contraposição às demais forças políticas, vinculadas à reprodução do capital, que acabam por propiciar o aumento da segregação espacial.

O MMIS NA PRÁTICA: A ATUAÇÃO COM A POPULAÇÃO

As práticas do movimento social são formatadas por estratégias determinadas e com relação direta com a vida cotidiana, nos seus aspectos sociais, culturais, econômicos e também políticos. Os sujeitos envolvidos têm a participação impulsionada pelas demandas imediatas, e o movimento organizado a responsabilidade de compor com estas demandas. No entanto,

como destaca Ribeiro (2013), a mobilização e a ação prática somente serão efetivas a partir da compreensão pelos sujeitos do sentido da ação. Explicitando as formas de criação desse sujeito intencionado, Ribeiro (2012) diferencia a ação da atividade, a primeira de potencial descobridor do novo, de promotor da libertação, enquanto a atividade tem caráter funcional, da manutenção do cotidiano na suas relações sociais permeadas pela dominação, nas quais o sujeito social carece de autonomia. Desta forma, a convocação e o engajamento para participação no MMIS no Bixiga partem da proposta de uma resposta concreta à demanda pela moradia, na ação direta da ocupação, conduzida com intencionalidade para além da ruptura. Somente com a consciência da luta ela se realiza na conquista do novo sujeito transformador.

As pessoas que procuram o movimento chegam por indicação de algum parente, amigo ou conhecido, muitos moram na mesma habitação coletiva. Surgem também pessoas que já moraram em outras ocupações ou participaram de algum movimento de moradia, mas ficaram afastados por alguma divergência ou problema pessoal e estão buscando novamente a luta. A maioria são mulheres e negras. Na intenção de divulgar a luta do MMIS, a coordenação do movimento também promove distribuição de panfletos e busca a mobilização no trabalho dialógico constante no cotidiano presente no bairro, seja diretamente ou por meio de outros participantes e apoiadores.

O objetivo de todos é o mesmo, uma solução para o problema da moradia. As questões mais comuns são a dificuldade de pagar o aluguel e a precariedade da habitação, quando não as duas somadas. Nos relatos apresentados, há diversos indicativos da deficiência das opções disponíveis para morar no centro destinadas à população de baixa renda. Quase todos são de habitações coletivas, seja alugada, como as pensões e cortiços, ou ocupada de forma aqui designada de independente ou espontânea (sem a presença de movimentos organizados). Os valores dos aluguéis, como já apontara Kohara (2013), equivalem ao metro quadrado mais caro da cidade, na maior parte em cômodos com banheiros e espaços de lavanderia coletivos. A manutenção da edificação é deficiente e há presença de insetos e roedores. O deslocamento frequente de local de moradia é muito comum, não há qualquer vínculo contratual garantido, no máximo o pagamento de uma caução.

As situações das ocupações independentes ou espontâneas são diversas, cada uma com seu grau de adversidade. Há casos de antigas pensões onde o proprietário ou locador desapareceu e as pessoas continuam morando no imóvel, sem nenhum tipo de segurança de posse e com diversos conflitos entre elas. Outra ocorrência apresentada, é de um espaço sob um viaduto, onde os próprios ocupantes construíram cômodos de forma bastante precária. São ocupações realizadas de maneira não planejada, sem vínculo com algum movimento de moradia organizado. Existem circunstâncias nas quais grupos ou indivíduos vinculados ao crime organizado participam da administração dos conflitos, impelindo formas de intimidação e com pouca negociação. Em algumas situações, há cobrança de aluguel por algum agenciador.

Não há, como possa parecer, uma regularidade na frequência dos participantes. A mobilização para a luta envolve pessoas que sofrem diversos tipos de violações e dificuldades cotidianas. Os depoimentos revelam muitas histórias de relações sociais desestruturadoras, pessoais ou familiares, cenários de mães solo (muitas), abandonos parentais, violência sexual, ameaças, prisões, adictos, pessoas com deficiência, transtornos mentais, ou mesmo condições que requerem um acompanhamento psicológico para o retorno ao convívio social saudável. Há um grande número de estrangeiros, principalmente africanos em geral, bolivianos e colombianos, nem sempre com a documentação regularizada no Brasil. Participar das reuniões implica em envolver-se na luta, transformar estes fatores de vulnerabilidade em um mecanismo de recompor as sociabilidades. Para essas pessoas, que vivem em situação de inconstância, também corresponde a efetivações de ordem prática, permitindo uma reorganização do cotidiano para imprimir uma vida possível. Assim, é comum pessoas unirem-se à luta em intervalos bastante irregulares. Uma vez demonstrado o interesse, o contato permanece com trocas de informações e chamados para as atividades.

Para compreendermos como o MMIS se organiza, utilizamos como referencial a conceituação de movimento social apontada por Tatagiba (2011), na qual há uma relação entre os indivíduos de reconhecimento como parte de “algo maior” que institui um fator de coesão. Este elemento propicia a conexão dos tempos do presente, da memória e de um projeto futuro com as ações pontuais das lutas, fragmentadas na solução imediata da problemática urgente. Portanto, como coloca a autora, não se trata da estrutura do movimento, mas de uma coletividade, com fissuras características da sua horizontalidade, com heterogeneidade de atores, de trajetórias distintas e com anseios diversos, mas com objetivos comuns e reconhecimento de pares, e com o desafio de traçar as estratégias para alcançá-los e mobilizar os atores. A hierarquia de lideranças do MMIS e de sua ligação com a FLM funciona como um elemento constitutivo, fundamentada nas próprias funções adquiridas na prática pautada por necessidades e compromissos, quase organicamente. Conforme o histórico no movimento e da verdadeira compreensão do sentido da luta, formam-se as lideranças, assumindo tarefas que podem variar ou mesmo serem transferidas entre as pessoas. Existe uma dinâmica constante, e o reconhecimento da autoridade é sempre relativo e vinculado à forma de relacionamento que se impõe perante ao restante do grupo, mantendo a verdadeira práxis como sua fundamentação.

A constituição do movimento requer, essencialmente, sua articulação com a comunidade para a luta pela moradia, especialmente com os moradores das pensões e cortiços e das ocupações da região. O principal componente neste processo são as reuniões dos grupos de base. As fragilidades e mesmo as desconfiças iniciais demandam uma forma receptiva e empática de envolvimento, conhecer a situação das pessoas, suas expectativas e apresentar a necessidade de compreensão da luta. Nesse sentido, durante um período, foram criadas as reuniões de acolhimento, para quem nunca participara poder conhecer o movimento e expressar um pouco de sua história de vida. São momentos importantes, evidenciam dois aspectos fundamentais. Um deles é a identificação enquanto grupo, o reconhecimento no

“algo maior” apontado por Tatagiba (2011), a associação de objetivos e de demandas, a introdução da compreensão da luta pela moradia também enquanto fenômeno de classe. Outro é a explicação da principal estratégia da luta: a ocupação. Por dificuldades operacionais, essas reuniões no Bixiga deixaram de acontecer (o que não implica na impossibilidade de voltarem a ocorrer) e, no momento, o acolhimento funciona nas próprias reuniões de base.

A participação nas reuniões e demais ações do movimento é determinante para a designação de atendimento em algum projeto quando há uma conquista. Assim, em todas há algum controle de presença e registro dos participantes. Cada ocupação tem sua reunião de base, mas sua organização depende do próprio engajamento de lideranças e moradores. No caso do Bixiga, a ocupação Oswald de Andrade é a mais antiga do movimento e possui uma centralidade importante. Como no edifício da ocupação não há espaço físico adequado para realização das reuniões, o grupo de base estabeleceu uma parceria com um espaço cultural, onde por mais de um ano foi recebido. São essas reuniões as mobilizadoras para a realização de todas as ações do movimento, inclusive as ocupações. Os moradores das ocupações também participam das ações, mas nas reuniões de base do Bixiga, em geral, são somente os coordenadores, designados conforme as condições estratégicas possíveis. Elas ocorrem em intervalos de duas semanas, atualmente em outra ocupação recente no Bixiga.

Figura 1: Reunião do grupo de base do Bixiga em outubro de 2023



Fonte: arquivo da Frente de Luta por Moradia.

Semanalmente, a FLM também reúne todos os integrantes dos diversos grupos da cidade na sede da Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste (Apoio), no bairro dos Campos Elíseos, para troca de experiências sobre a luta das diversas regiões da cidade. A Apoio é uma entidade parceira de grande importância para o movimento, promove uma série de ações de caráter formativo e social. As reuniões são momentos importantes para conscientização, de

integração de visões dispersas pela cidade e para vislumbrar a dimensão do movimento. Os diversos movimentos que fazem parte da FLM apresentam também uma coesão, na luta, nas propostas e na participação. As demandas para os projetos conquistados não são de exclusividade dos moradores do local, assim, neste espaço ampliado, cada sujeito é parte de uma totalidade e pode compreender sua posição no todo. Embora os critérios de pontuação tenham como base a presença nas atividades, o destaque pela atuação mais combativa e colaborativa recebe destaque, nesta diferenciação já explicitada entre atividade e ação.

Nos momentos próximos de uma ação para realização de uma ocupação, as mobilizações se intensificam e o número de interessados aumenta. No entanto, sempre é salientada a importância de frequentar as reuniões e conhecer as orientações para o convívio posterior na ocupação. Todos são convocados na data estabelecida, de todas as ocupações do MMIS e muitas vezes de outras que também prestam apoio. Como a insegurança da posse é um dos fatores de maior instabilidade, com vários processos de tentativa de reintegração dos imóveis em curso, com a possibilidade de despejo, nenhum morador está na sua moradia definitiva. Caso o projeto do local seja conquistado, as famílias que serão contempladas devem atender aos critérios de participação da FLM como um todo, ocasionando demandas de várias outras ocupações sendo contempladas. A seleção pelo movimento das famílias que serão atendidas nos projetos tem diversos critérios. Assim, quem já mora nas ocupações deve garantir sua participação para conquista, e para isso precisa contribuir para novas denúncias de imóveis e possíveis ocupações. Garantida a permanência no prédio, as famílias dos grupos de base se organizam com a coordenação para o funcionamento do novo espaço como atendimento provisório de moradia. Nos casos de despejos, também há possibilidade de realocação das famílias em outros espaços, assim como há casos de extrema necessidade de participantes ativos que conseguem um acolhimento em alguma antiga ocupação.

Assim, os sujeitos sociais envolvidos não se constituem somente na ação política imediatista. Embora a mobilização implique necessariamente no reconhecimento de classe e da opressão cotidiana como resultado do sistema, para compreender o movimento, conforme Ribeiro (2013), é necessário não reduzir os sujeitos nem somente às suas relações prementes, nem a sujeitos de uma luta política distante de suas demandas urgentes. No primeiro caso, pode-se infringir um caráter assistencialista às estratégias, e no caso de desvincular da realidade palpável, deixar de ecoar e ouvir as vozes que irão efetivamente estruturar a reconstrução dos sujeitos, na luta, explica a autora. Um aspecto importante observado no diálogo constante entre as lideranças e os demais, é a proeminência de escutar as questões trazidas por cada indivíduo ao grupo e problematizar suas soluções. As falas são instrumentos de reflexão e construção do conhecimento, necessários ao entendimento da luta.

No entanto, mesmo partindo da dialogicidade na atuação para o engajamento, a organização do movimento impõe alguns condicionantes para garantir a união na estratégia estabelecida que, com todas suas possíveis contradições e dificuldades, tem obtido avanços significativos em seus objetivos. A FLM, em sua atuação, preconiza não apenas a solução imediata para a

moradia de seus membros, mesmo que instáveis, mas também a denúncia dos imóveis ociosos ao poder público e à toda a sociedade, e demarcar sua presença no território. Assim, desde as primeiras reuniões é apresentada a ocupação como a principal atuação do movimento, são debatidos os direitos e deveres do cidadão e as formas de acesso aos projetos no futuro. É nesta luta, na sua prática, que é construída a verdadeira articulação.

As ocupações coordenadas pelo MMIS obedecem a organização apresentada previamente nas reuniões de base, com divisões de tarefas e obediência a um regulamento interno bastante rígido de comportamento na edificação. Predomina a coletividade nas ações e os espaços individuais devem respeitar o convívio comunitário. Não é permitido nenhum tipo de violência e as infrações e conflitos internos são resolvidos em assembleia. Violência de gênero e contra a criança são consideradas infrações gravíssimas que impedem o morador de continuar no convívio social da ocupação. As atividades desenvolvidas e o engajamento dos moradores variam muito em cada ocupação, são diversidades e especificidades próprias, mas há uma convergência em torno da coletividade enquanto única forma de avançar nas conquistas de direitos e contra um poder hegemônico.

Nas reuniões do grupo de base, além da apresentação da luta, da sua mobilização e da organização para a prática que será o futuro da ocupação e, posteriormente, na ocupação, várias questões são debatidas no âmbito da problemática habitacional, das relações sociais do movimento e da cidadania. Muitas vezes são abordados assuntos em pauta na política, na economia, na saúde, na educação, ou mesmo do cotidiano das famílias, geralmente relacionados pela coordenação para a compreensão dos direitos e da luta pela moradia. As questões de gênero e de raça são abordadas com frequência, o reconhecimento enquanto grupo implica também na interseccionalidade e no olhar sobre os privilégios estruturais de uma sociedade machista e racista, na qual os negros e mulheres, não por acaso, são a maioria presente no grupo. A contestação das relações sociais perpassa por todos esses aspectos e, como alerta Ribeiro (2013), a reconfiguração dos valores e direitos societários. Nesse sentido, observa-se um discernimento nas discussões do grupo, também construído durante o histórico do movimento, da moradia como fundamental para alcançar os demais direitos.

A contestação do poder hegemônico, expressa neste diálogo constante, resulta em ações de defesa de valores societários mais amplos. São estes sujeitos os agentes na transformação das relações, demonstrando que para além da reconfiguração de um espaço abandonado e deteriorado da cidade, que passa a adquirir uma função social, há uma reflexão sobre a forma como são instituídas as dinâmicas do corpo social. Assim, as mudanças incluem apoio a outras pautas, muitas vezes com o significado de refutação do saber tradicional representativo da manutenção da ordem social e de exclusividade da destinação de recursos para as classes dominantes (Ribeiro, 2013). Existe uma contradição presente no cotidiano das ocupações com a vizinhança, refletindo a própria atuação social na problematização da falta de moradia. Assim, ao mesmo tempo que a Ocupação Penha Pietras, localizada em uma área nobre da cidade foi procurada por instituições de cultura e de ensino da elite para parcerias

em projetos sociais, durante a elaboração de um mural de apoio à causa palestina na fachada, os artistas foram atacados com violência por opositores. Vale resgatar que esta ocupação completa 3 anos em dezembro de 2024 e foi articulada pelo grupo de base do Bixiga, embora esteja localizada na região da Consolação.

No Bixiga há uma diversidade de usos e modos de vida, comerciantes, moradores, trabalhadores e frequentadores do bairro. Com isso, há também uma variedade de formas de apoio e rejeição à presença do movimento, mas principalmente um pêndulo constante entre ambos os posicionamentos. Um dos desafios do MMIS é superar a fixação de opositores e promover, como sugere Ribeiro (2013), novas formas de articulação e de construção de um campo favorável aos seus objetivos. Embora normalmente os vínculos sejam com setores sociais progressistas, há entidades que promovem ações de caráter assistencialista, como as vinculadas à Igreja e ao Grêmio Recreativo Cultural Escola de samba Vai-Vai (muito ativo no bairro), beneficiando as camadas populares e servindo para coesão entre grupos distintos de moradores. No entanto, essas parcerias estão sempre no limiar entre formas de manutenção da estrutura social hegemônica e a construção de um discurso alternativo.

Os setores das classes dominantes, proprietários e comerciantes, também presentes no bairro, têm interesse em manter sua condição de poder e de hegemonia política, econômica e social. As coesões ocorrem na disputa pela manutenção da estrutura local de poder, que o processo de valorização imobiliária pode transformar. Neste sentido, não há interesse na manutenção das camadas populares, mas da exploração possível do seu potencial de renda auferida nos imóveis encortçados e na mão de obra disponível localmente para o trabalho. O conflito torna-se velado, embutido de uma aceitação negociada e sempre em negociação, principalmente nas intervenções de ordem pública. Como no campo progressista diversos movimentos de ativistas se unem em causas comuns, e estas propiciam um embate político com as elites locais, a arena de disputas e confrontações é parte do cotidiano de toda a população do bairro e, em algumas situações, fortalecem a presença do movimento, com aliados e pessoas que se identificam e promovem sua defesa.

Ainda há um fator característico da estrutura social presente no território que infere outra camada onde há uma disputa territorial e a necessidade de negociações e delimitação de espaços, a presença do crime organizado. Não se trata de qualificar qual atividade efetivamente criminosa está sendo praticada, mas de entender a permanência nos territórios populares de maneiras particulares, fundamentadas em relações de administração da precariedade e das diversas violações presentes no cotidiano (Santos; Guerreiro, 2020). Como analisa Souza (2005), no cotidiano das camadas excluídas socialmente, as negociações e o envolvimento são estratégias necessárias para a própria sobrevivência e não há implicações de convivência, mas de ambiguidades comportamentais em uma realidade presente. Mesmo socialmente significando uma disputa de referencial e associações com a construção de uma suposta marginalidade, as relações presentes nas camadas populares, ainda conforme o autor, descrevem situações de existência do funcionamento do próprio sistema e devem ser

entendidas em sua complexidade territorial de forças atuantes se confluindo para a consagração espacial que se dá no âmbito local, de acordo com Santos (2006).

Embora exista uma predisposição, principalmente entre as lideranças, a certezas políticas, ou mesmo sociais, na seleção de parceiros e de evidentes inimigos, a não dualidade da sociedade é reconhecida pela convivência mais estreita com outros laços de união, definidos por julgamentos diferenciados sobre a moral da vida cotidiana, fora do senso comum. Entender esses significados como importantes na composição das futuras formas de vida no território em disputa, dentro dos limites dos princípios de transposição da situação de opressão, também significa construir um movimento com a capacidade de romper com o pensamento hegemônico e transformar as relações entre a sociedade e o Estado, ampliando as possibilidades de articulação (Ribeiro, 2013).

No âmbito dos movimentos de moradia, o MSTC também tem atuação importante no Bixiga, reconhecida historicamente, como mencionado, principalmente pela presença da Ocupação Nove de Julho. Na relação com o MMIS, as divergências são essencialmente no campo das estratégias de atuação política, envolvendo relações de poder e, como bem aponta Tatagiba (2010), implicam em cooperações e alianças que podem, no entender da FLM, comprometer a autonomia do movimento, no seu sentido de liberdade moral para definir as formas de interação de maneira a preservar seus interesses e objetivos. Assim, há um rompimento na atuação dos dois movimentos junto à comunidade. Nesta perspectiva, há uma mudança significativa na relação direta com as bases, que se sobrepõe na disputa territorial dos movimentos. Estas considerações também implicam em uma relação direta com o Estado e serão retomadas mais adiante.

Uma questão importante nas relações estabelecidas com as bases do movimento é a condição social bastante instável desta população alvo, principalmente pela variação de renda e de acesso aos direitos de maneira geral. Assim, como a situação é sistêmica, não há como estratificar cada indivíduo em um grupo, há uma permeabilidade muito grande, conforme os relatos de histórias de vida presenciados. Com isso, cabe ainda ressaltar a participação quase que pontual e rara da população em situação de rua no movimento, segundo depoimentos de lideranças. As dificuldades resultantes da grande desorganização social impedem a conexão com o grupo, não formatando o reconhecimento enquanto parte do movimento, necessário conforme delineado anteriormente. Neste sentido, as tentativas de participação esbarram nas distâncias de perspectivas e no respeito às normativas do movimento.

O ESTADO EM UM CONTEXTO RELACIONAL

Neste trabalho, a discussão sobre a atuação do Estado na questão habitacional e do planejamento urbano é abordada em um recorte da sua relação com as lutas do movimento de moradia, particularmente com o próprio MMIS, no território do Bixiga. Considerando que o produto final da luta, chamado pelas lideranças de “projeto”, é consequência do objetivo principal que une os militantes, a moradia, e que para ser alcançado plenamente o movimento

preconiza o atendimento por meio de políticas públicas, o Estado participa como um ator indispensável. Para esta discussão, parte-se da análise de Abers, Silva e Tatagiba (2018) da relação entre os movimentos sociais e as políticas públicas como estruturas relacionais, a partir de relações nas quais os sujeitos interferem diretamente, influenciando na sua conformação. Nessa abordagem, o “contexto político” não se configura como um elemento externo, dado e objetivo, e os movimentos sociais adaptando as suas ações e composições à sua existência, mas como consequência direta da interação entre os sujeitos.

É importante frisar que o entendimento de Estado está também submetido a esta abordagem, e não à de um ente apartado da sociedade e imparcial, mas posicionado na sua representatividade social, envolvendo os aspectos econômicos e políticos. Desta forma, a composição política de suas instâncias afeta diretamente a sua atuação perante ao movimento e o inverso, ocasionando a revisão constante nas estratégias de ambos. Ainda como salientam Abers, Silva e Tatagiba (2018), o fato da existência de uma interdependência relacional dos diversos atores e instituições na composição das políticas públicas não implica na igualdade de poderes entre as partes e, como resultado, também o acesso aos recursos é desigual, com a prevalência ao grupo hegemônico, sobressalente nessa disputa de poderes. Também se faz necessária a compreensão das ações como condicionadas por processos históricos. Como afirma Santos (2006), as condições sociais passadas propiciam as possibilidades no presente, e o espaço construído materialmente permanece como forma para novas sobreposições, supressões e junções.

O Estado participa no processo tanto na ação direta como com medidas regulatórias, intervindo por meio da legislação e de incentivos a grupos favorecidos. No âmbito municipal, atualmente, três principais leis se relacionam diretamente com a atuação do MMIS, a Lei nº 17.638 de 9 de setembro de 2021 que disciplina o Programa Pode Entrar (São Paulo, 2021b), a Lei nº 17.577 de 20 de julho de 2021 que dispõe sobre o Programa Requalifica Centro (conhecida como Lei do Retrofit) (São Paulo, 2021a), e a Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014 que aprova a política de desenvolvimento urbano e o Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo, revisada em 2023 (São Paulo, 2023). Com relação ao governo federal, destaca-se a Lei nº 14.620 de 13 de julho de 2023, que trouxe de volta o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), retomando o atendimento às famílias com renda familiar mais baixa e a modalidade MCMV-Entidades (Brasil, 2023) e o Decreto nº 11.929 de 26 de fevereiro de 2024, que instituiu o Programa de Democratização dos Imóveis da União, possibilitando a conversão de imóveis da União, conforme a elegibilidade, em habitação de interesse social (Brasil, 2024). No momento, embora o governo estadual sinalize para investimentos em habitação no município, não há nenhum programa habitacional que atenda as famílias do movimento.

O Programa Pode Entrar (PPE) é o programa habitacional da prefeitura na atualidade. Inclui uma modalidade, denominada também como Entidades, que permite empreendimentos em parcerias com associações habilitadas pela prefeitura. Além disso, também prevê a atuação

na reforma de imóveis, públicos ou privados, com sua requalificação para moradia e o regime de produção por cogestão ou por autogestão, propiciando a realização do controle pelas associações. Vale salientar que a própria existência do programa é resultado de muita luta, e as modalidades, os mecanismos de atuação, regulação e as diretrizes do programa fazem parte de negociações políticas que interferem na forma como as forças mais poderosas, em contrapartida, conseguem manter seu poder hegemônico, com a maior parte dos recursos do programa destinados ao setor privado da construção.

O caso concreto mais próximo de sua aplicação foi o da Ocupação Prestes Maia, coordenada pela FLM. Além da responsabilidade pelo acompanhamento da obra de reforma da antiga ocupação, o movimento faz a indicação da demanda, parte dela proveniente do MMIS. Este fator é de extrema importância para o fortalecimento do movimento. Em um país onde a moradia digna é um privilégio de parte da população, o poder hegemônico se utiliza dos mecanismos de controle ao seu acesso como forma de dominação, como inferem as lideranças. Portanto, a transferência de parte deste controle para o movimento é uma conquista da luta. Logicamente, representa a negociação política, e deve ser avaliada na sua constante contradição entre a eficácia do movimento e a sua autonomia, como sugere Tatagiba (2010), e sem minimizá-la, considerando-a como resultado do processo combativo anterior. A participação no legislativo de um vereador eleito com apoio da base do movimento foi fundamental nesse processo.

Vale lembrar que, desde os primórdios da expansão urbana paulistana, quando o Estado começa a intervir no setor habitacional, passa a definir inclusive onde estarão estabelecidas as moradias e para quem, como apontado por Bonduki (2011). Desta forma, o mecanismo funciona como forma de eliminação da pobreza de certas áreas urbanas e de inserção no mercado de terras de espaços em disputa. Em um processo de negociação política com caráter populista, se estabelece os limites da dominação. Assim, conforme Quijano (1972), no limite da administração da possibilidade de uma situação de contestação que possa causar a desestabilização do regime, algumas medidas precisam ser tomadas para sua contenção, advindas das políticas assistencialistas do Estado, regulando os processos políticos para a manutenção das desigualdades. Ao mesmo tempo que a prefeitura concede a reforma de um imóvel ao movimento, já desapropriado em um mandato anterior de caráter progressista, concentra a maior parte do programa em parcerias com o setor privado, nas regiões periféricas e para uma camada da população com renda mais estável. Ressalta-se que um dos maiores questionamentos do movimento relativo ao programa é o pagamento das prestações do financiamento do PPE, com subsídios insuficientes para redução dos prazos para famílias de menor renda, possibilitando inviabilidades futuras. As exigências na documentação para cadastro ainda também geram inseguranças para as famílias em condições mais frágeis.

No caso do MCMV, a participação da FLM na eleição do terceiro mandato do presidente Lula, com o apoio partidário e nas alianças de governo, transfere a disputa pelos recursos

atualmente para o interior do próprio regime. Após vários anos sem recursos no programa (redenominado Casa Verde e Amarela durante os anos do governo da direita) para as faixas de renda correspondentes à demanda do movimento, e com diversas restrições atualmente do governo municipal para alianças na implantação de projetos em parceria com o governo federal, conforme declarações das lideranças, alguns projetos foram selecionados para atendimento na modalidade MCMV-Entidades em 2024, incluindo ocupações coordenadas pela FLM. Embora nenhum seja nas ocupações do MMIS, alguns membros do movimento foram incluídos na lista de atendimento, particularmente aqueles que aceitaram o deslocamento para regiões distantes do centro. A seleção dos projetos contou com a disponibilidade indicativa do Programa de Democratização dos Imóveis da União, já que não houve negociação possível de parcerias com o município para aquisição de terrenos. Atualmente, o MMIS pleiteia um imóvel, em negociação com o governo federal, por este último programa.

A prefeitura municipal, ao mesmo tempo que negocia com o movimento o atendimento de parte das famílias com o PPE, procura implantar na região central de São Paulo outras formas de requalificação, favorecendo o aporte de capitais dos setores imobiliário e comercial. A conhecida como Lei do Retrofit, quando anunciada, apresentava o discurso de ser uma possibilidade para a conversão dos imóveis ociosos em habitação social, induzindo ser uma resposta às solicitações dos movimentos de moradia. No entanto, até o momento não há registro de nenhum empreendimento do programa que contemple essas famílias. A questão que permanece é sobre a intencionalidade real da proposta de requalificar o espaço para o uso de quem e de quais serão os resultados para as famílias das ocupações.

Com relação ao PDE, maior instrumento da política urbana do município, sua aplicação afeta diretamente o território do Bixiga, acirrando as disputas na valorização imobiliária. As discussões, durante a sua revisão em 2023, foram bastante controversas no âmbito dos movimentos de moradia e mereceriam um debate mais aprofundado, que extrapola este estudo. No entanto, fica clara a dificuldade de mobilização das bases do movimento da FLM para a compreensão da política urbana em seu contexto ampliado, devido inclusive às próprias estratégias de redução da participação popular utilizadas pelo poder público municipal em sua avaliação e revisão.

Um dos aspectos mais relevantes da política urbana na problemática das ocupações é a função social da propriedade, atribuída aos critérios estabelecidos pelo PDE. Como esta definição, para as propriedades urbanas, implica em sua utilização conforme os coeficientes mínimos definidos pela lei, não há associação direta com a real democratização do seu uso e do atendimento a demandas da sociedade como um todo, podendo limitar-se ao uso com interesses puramente particulares. Assim, os imóveis ociosos podem ser notificados pelo não cumprimento da função social, mas com a perspectiva de adquirirem outros usos além da habitação de interesse social, inclusive pelo poder público. Há também a possibilidade de

serem destinados à habitação pelo poder público para outras demandas, excluindo a participação popular e os movimentos de moradia.

A participação no governo de representantes com apoio dos movimentos também não significa o poder direto de conquista dos projetos, embora contribua para a negociação política, com resultados concretos para as políticas reivindicadas. É possível perceber que para avançar no fortalecimento da FLM, ainda é necessária uma forte pressão com repercussão social, principalmente nas bases da militância, resultante de elementos da materialidade. A fragilidade gerada pelas violações constantes e pelas necessidades imediatas de direitos básicos é compensada por pequenas vitórias, significativas para a coesão do grupo, mas mantendo a contradição no engajamento na luta. No entanto, quando se trata de forças de coalizão em patamares superiores da hierarquia política, nos quais os projetos de sociedade são efetivamente defendidos e afirmados, as próprias lideranças do movimento entendem que permanecem em um campo de exclusão.

As contradições entre a conquista concreta da moradia, representando a eficácia da luta, e a manutenção dos processos de autonomia constitutiva do movimento nas negociações em esferas governamentais (no campo da participação direta ou na aproximação política) constituem um desafio para o movimento (Tatagiba, 2010). No caso da FLM, a proposta é da valorização da ação combativa, em contraponto às aproximações no campo institucional. Mesmo em governos mais progressistas, o movimento entende que a pressão popular é fundamental para as conquistas, que a governabilidade deve ser atingida pela base social. No entanto, as ocupações são uma estratégia de luta que, ao mesmo tempo, aprofunda a coesão interna do grupo e gera a possibilidade de seu enfraquecimento perante o corpo social externo a ser mobilizado, devido às incertezas que podem causar, e pela violência utilizada como forma desarticuladora pelo poder hegemônico (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012).

Não se trata de estabelecer a dicotomia entre as limitações do espaços de participação, designados por Miraftab (2009) como “convidados”, representando as esferas reconhecidas socialmente, e “inventados”, em confrontação direta com as autoridades, ou mesmo os “tomados”, conquistados na luta direta, como sugere Tanaka (2017), mas de legitimar as formas de atuação concomitantes. Assim, o MMIS mantém sua estratégia combativa e contra-hegemônica de atuação e procura nos espaços constituídos para participação no âmbito municipal o fortalecimento da luta, demonstrando a sua capacidade de participação cidadã. Procurando a influência neste sentido, o MMIS participa de dois Conselhos importantes neste momento, o Conselho Municipal de Habitação (CMH) e o Conselho Tutelar (CT), em situações distintas.

O CMH atualmente é composto também por representantes da sociedade de setores conservadores e não alinhados com o movimento. Conforme depoimentos de lideranças, as tentativas de ampliar a destinação de recursos para os programas vinculados aos movimentos e de promover o diálogo para a solução das ocupações não têm avançado no CMH. Com relação ao CT da Bela Vista, a construção da eleição de duas representantes do

MMIS foi conjunta com outros movimentos sociais do bairro e permeada de conflitos com as candidaturas apoiadas pelo MSTC. Há uma disputa de narrativas e de ampliação da influência sob as bases populares entre os dois movimentos no território. A defesa apresentada pelo MMIS é de um CT mais próximo da comunidade e com deveres de transparência na atuação. Cabe ressaltar que o CT é o único Conselho com participação da sociedade civil no qual seus membros são remunerados.

A atuação mais importante do CT, no que diz respeito às ocupações, refere-se ao seu papel principal, da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Assim, em eventuais processos de reintegração de posse, os conselheiros podem cobrar do Estado seu dever de prover uma solução para as crianças e adolescentes afetados e também se utilizar deste preceito na defesa judicial. Neste aspecto, o trabalho desenvolvido com os jovens nas ocupações tem fundamental importância, já que há diversas parcerias com instituições (como com o curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica e com o Instituto Moreira Salles na Penha Pietras) em projetos de formação nas ocupações, promovendo políticas na ausência da atuação do Estado. Esses projetos também foram peças importantes na candidatura das conselheiras eleitas do MMIS, devido ao trabalho realizado em seu fomento e implementação.

Sendo a efetividade da participação no campo político-institucional questionável, inclusive pelo próprio movimento, a valorização da ação disruptiva se acentua. A ambiguidade jurídica em torno da legalidade de ocupar um imóvel ocioso, com a ausência de políticas públicas para assegurar o direito à moradia e a defesa da propriedade privada, torna a ação como legítima da atuação cidadã, com fundamentos em uma política de direitos (Earle, 2012). No entanto, como forma principalmente de desestabilização do movimento, a resposta do Estado em regimes mais autoritários é repressiva e violenta (Abers; Silva; Tatagiba, 2018). A atuação da força da Polícia Militar com violência nas tentativas de ocupações de imóveis ociosos, inclusive aqueles pertencentes ao poder público, desde 2023 se intensificou. Por outro lado, a limitação da participação cidadã nos espaços de diálogo com o poder público e a falta de políticas públicas para atendimento das camadas mais pobres tornam a ação transgressiva uma denúncia respaldada da ilegalidade estatal, transferindo a atribuição da criminalidade ao Estado (Earle, 2012).

As contradições do aparato estatal, neste contexto, incluindo atores do campo jurídico, amparado pela divulgação midiática do discurso hegemônico e de manutenção do sistema, reformulam as estratégias de criminalização das ocupações, como salientam Santos e Guerreiro (2020). Os autores incluem no repertório das condicionantes de ilegalidades reputadas pelo Estado aos movimentos de moradia associações com outras formas de dinâmicas territoriais, também presentes nos territórios populares, homogeneizando situações bastante distintas e traduzindo para os movimentos de moradia significados repreensíveis socialmente de ações vinculadas ao crime. Não cabe o julgamento das diversas formas de ocupação e uso do território, ainda afirmam, mas de verificar a tentativa de deslocamento do conflito político, recriando as formas de justificativa da repressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores da precariedade das habitações são consequência direta da situação social e das condições de disputa territorial apresentadas e, como aponta Bolaffi (1982), não enfrentados em sua principal causa, a utilização do solo urbano para fins econômicos distintos da sua função na formação do tecido urbano com condições de amparar as necessidades e direitos da população. Esta análise dos sujeitos presentes na luta do MMIS no Bixiga procura refletir sobre a potência dos movimentos de moradia nestas disputas, suas conquistas e desafios.

Conforme Stevens (2019), sendo uma estratégia de luta, mas também uma moradia provisória, muitas ocupações apresentam condições de habitabilidade inadequadas com instalações elétricas e hidráulicas deficientes, problemas estruturais e infiltrações, falta de privacidade, problemas de segurança. Os moradores procuram resolver as deficiências com investimentos próprios, mesmo cientes que em caso de despejo não serão reembolsados, o que dificulta ainda mais as soluções. No entanto, a organização permite soluções inovadoras e as ocupações do MMIS hoje são espaços em melhores condições que a maior parte das moradias anteriores de seus ocupantes. Além disso, produzem a ruptura com o sistema de exploração do trabalhador na transferência da renda para o proprietário do imóvel. Assim, compreender os espaços das ocupações como de incertezas e conexões implica em valorizar as contradições existentes como resultado da problematização e da construção de relações disruptivas.

Desta forma, o tensionamento da estrutura social e sua problematização evidenciam os contrastes existentes, permitindo o rompimento com situações de emudecimento e repressão, constantes nas relações de exclusão social vividas cotidianamente por esta camada da população. Santos (2009) coloca como, por meio da consciência de sua condição de exclusão de direitos, o pobre pode compreender sua posição social. A própria impossibilidade do consumo, as restrições impostas na sociedade neoliberal à realização do mínimo necessário para uma vida digna, tornam o processo que seria alienador em desalienador. O processo de desalienação é desencadeado pela escola do cotidiano. Na busca da essência, o homem se desfaz das aparências e passa a compreender o universo das significações, para além dos acontecimentos (Santos, 2007). Portanto, o maior desafio do movimento é estabelecer por meio do diálogo e da prática, a transformação de excluídos em sujeitos políticos ativos. Como bem salienta Ribeiro (2013), são os processos que reorganizam a vida cotidiana, política e socialmente, capazes de transformar as relações sociais, na prática propiciar a consciência para a indignação perante às injustiças.

Ao mesmo tempo que as relações sociais envolvem uma diversidade de agentes e camadas, também significam a transformação das relações internas dos movimentos, evidenciando novas situações de disputa para além do espaço físico. Examinar as ocupações em seu processo transformador é não romantizar o modo de vida presente, com suas contradições internas importantes de poder, machismo, cidadania, dificuldades de relacionamento e do cotidiano das pessoas e do trabalho, mas perceber as adversidades como objetos de

transposição. Uma situação provisória que se estende por anos, é uma realidade cotidiana, na luta permanente que, ao mesmo tempo, revoluciona a forma de compreender as relações societárias e problematizar a vida. Uma moradia, como também advoga Stevens (2019), onde o coletivo planeja seu futuro e propõe um modo de vida libertário dos donos das pensões ou intermediários, onde os sujeitos são os produtores da ação e do resultado, sendo responsáveis e aprendendo a compartilhar decisões e gerir os espaços. Onde há espaços de conscientização política e mobilização das famílias pelos seus direitos de cidadania.

A constante afirmação da necessidade do envolvimento individual na luta, presente nas reuniões de base, é a indicação da verdadeira responsabilidade na configuração da ação, de cada agente em sua parte no todo. Significa, em verdade, a perspectiva assinalada por Ribeiro (2006) do rompimento com o individual, no seu sentido das relações sociais de valorização da separação indivíduo-sociedade, contido na sociedade contemporânea neoliberal, que impede a individualidade, que nega o reconhecimento do sujeito social pleno, como protagonista da história. É a valorização dos vínculos sociais confrontando o individualismo, demonstrando a capacidade geradora da coesão social pela autonomia dos sujeitos, ainda propõe a autora.

O que está em disputa é o sentido a ser dado ao território, e quem irá usufruir dele. Como apontam Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012), foi por meio das ocupações organizadas que os movimentos de moradia trouxeram o debate público sobre o direito da população de baixa renda de morar no centro, desde a década de 1990. Também não é de hoje que as ocupações são objeto de criminalização, e a disputa da ambiguidade dos direitos se tornou a base da luta dos movimentos que as promovem, como Santos e Guerreiro (2020) colocam. Os autores, salientam, porém, como a mudança na narrativa e a associação dos movimentos organizados de moradia com o crime organizado representa um processo de negação política do modo de vida popular do centro, mesmo que tal objetivo ainda não esteja plenamente evidenciável.

Desta forma, segundo Santos (2006), a cada novo momento de transformação do espaço geográfico, há um condicionante de transformação social intrínseco, pautado por valores simbólicos e ideológicos, que sustentam uma possibilidade de materialização. A busca é da consciência dos envolvidos da sua posição social e o sentido da reconfiguração necessária. Esse imaginário, em permanente disputa, permanece em construção, e a compreensão da sua constituição de significados pode permitir o avanço no entendimento dos caminhos para um futuro que permita a permanência da população no território, dentro dos seus parâmetros de satisfação e escolhas. A reflexão desse processo de apropriação territorial na sua materialidade significa incorporar novas funções e sentidos aos sistemas de objetos técnicos, condizentes com estes parâmetros.

Confrontar o pensamento hegemônico é disputar os sentidos da ação (Ribeiro, 2013). Somente com a valorização da dinâmica do território usado e de suas práticas sociais, com a compreensão do cotidiano das sociabilidades e dos sujeitos implicados nos espaços populares, os vínculos existentes e suas historicidades particulares, pode-se superar as representações hegemônicas impostas pela ação dominante (Ribeiro, 2012). A construção

das representações sociais implica em elos prévios, com signos convencionados em estruturas com seu peso histórico de conteúdo cumulativo, aponta Moscovici (2007). A desestruturação dos significados inquestionáveis pelo senso comum, socialmente aceitos, é fundamental para a reorganização do pensamento, propõe o autor. Assim, o rompimento e a reestruturação do pensamento são a chave para promover a transformação paradigmática – fugir do senso comum implica em questioná-lo.

Diante dessas considerações, compreender a importância dos movimentos de moradia no processo de resistência às possíveis novas configurações territoriais no Bixiga, que excluem as camadas populares, implica a investigação dos efeitos transformadores nos sentidos e nos imaginários coletivos, por meio das estratégias e práticas da luta. São as significações constituídas pelos imaginários produtoras das ações (Souza, 2022), em um processo dinâmico que concede sentidos às representações sociais na expressão da materialidade (Hiernaux, 2007). Com esta finalidade, a pesquisa deve prosseguir na sua investigação viva no cotidiano do movimento, respeitando suas contradições e buscando imergir ainda mais nos campos de sua existência, como propõe Souza (2022), e compreender o papel do MMIS e das ocupações nessa possível superação das representações hegemônicas no território.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 15–46, 2018.

ALMEIDA, Eneida; NASCIMENTO, Flávia. O Bixiga em disputa: ambiente, cultura, memória e interesses imobiliários. **Revista CPC**, [s. l.], v. 19, p. 130–157, 2024.

BARBOSA, Benedito Roberto. **Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo**: trajetória, lutas e influências nas políticas habitacionais. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) - Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

BARBOUR, Vivian L. **O patrimônio existe?** Os sentidos da Vila Itoororó. 2017. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/109727730/O_patrim%C3%B4nio_existe_Os_sentidos_da_Vila_Itoor%C3%B3. Acesso em: 27 nov. 2024.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982. p. 37–70.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. **Decreto n° 11.929 de 26 de fevereiro de 2024**. Institui o Programa de Democratização de Imóveis da União. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11929-26-fevereiro-2024-795330-publicacaooriginal-171097-pe.html>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n° 14.620 de 13 de julho de 2023**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14620.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.

EARLE, Lucy. From Insurgent to Transgressive Citizenship: Housing, Social Movements and the Politics of Rights in São Paulo. **Journal of Latin American Studies**, [s. l.], v. 44, p. 97–126, 2012.

FERRARA, Luciana Nicolau; GONSALES, Talita Anzei; COMARÚ, Francisco De Assis. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 807–830, 2019.

HIERNAUX, Daniel. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. **EURE**, Santiago de Chile, v. 33, n. 99, p. 17–30, 2007.

KOHARA, Luiz Tokuzi. **As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo**. 2013. 240 f. Relatório científico final do projeto (Pós-doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Fapesp, São Paulo, 2013.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, [s. l.], v. 25, p. 49–77, 2013.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 32–50, 2009.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. *In*: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 29–109.

MUNIZ, Cláudia *et al.* Contribuições do Coletivo Salve Saracura para a preservação ambiental e cultural da Grota do Bixiga. *In*: FORUM SP 21 – AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR E DA POLÍTICA URBANA DE SÃO PAULO, 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2021.

MUNIZ, Claudia Andreoli. **Os cortiços no patrimônio: projetos, estratégias e limites nas práticas do Departamento do Patrimônio Histórico na Bela Vista, em São Paulo, nos anos 1980**. 2020. Dissertação (mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e

Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-27032021-205357/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. La constitución del “mundo” de la marginalidad urbana. **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, [s. l.], v. 2, n. 5, p. 89–106, 1972.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 21, p. 23–32, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. **ReDObRa**, [s. l.], v. 9, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 4, p. 193–207.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. (Milton Santos, v. 1).

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. (Milton Santos, v. 8).

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 16, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009. (Milton Santos, v. 16).

SANTOS, Renato Abramowicz; GUERREIRO, Isadora de Andrade. Ocupações de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, formas de apropriação e produção populares do espaço – e sua criminalização. In: MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire (org.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020**. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. p. 289–325. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FNN4NpB7moCNEDKuJqK-TmW5IOj116Cw/view>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SÃO PAULO. **Lei n° 16.050 de 31 de julho de 2014**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal, 2023. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SÃO PAULO. **Lei n° 17.577, de 20 de julho de 2021**. Dispõe sobre o Programa Requalifica Centro. São Paulo: Câmara Municipal, 2021a. Disponível em:

<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17577-de-20-de-julho-de-2021>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.638 de 9 de setembro de 2021**. Disciplina o Programa Pode Entrar. São Paulo: Câmara Municipal, 2021b. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17638-de-9-de-setembro-de-2021>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SCARLATO, Francisco Capuano. Estrutura e sobrevivência dos cortiços no bairro Bexiga. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 9, p. 117–127, 1995.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982. p. 21–36.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora Contexto, 2022. p. 147–166.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Revisitando a crítica ao mito da marginalidade: a população favelada do Rio de Janeiro em face do tráfico de drogas. *In*: ACSELRAD, Gilberta. **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 89–103.

STEVENS, Jeroen. Occupy, resist, construct, dwell!: a genealogy of urban occupation movements in central São Paulo. **Radical Housing Journal**, [s. l.], v. 1, p. 131–149, 2019.

TANAKA, Gisele. **Planejar para lutar e lutar para planejar: possibilidades e limites do planejamento alternativo**. 2017. 295 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR, Rio de Janeiro, 2017.

TATAGIBA, Luciana. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. *In*: PIRES, Roberto Rocha Coelho (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento). v. 7. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3089>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões. **Colômbia Internacional**, [s. l.], n. 71, p. 63–83, 2010.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, p. 399–426, 2012.

VERCELLI, Giulia; TIRELLO, Regina. Reinventar para intervir: perspectivas de conservação do Bairro do Bexiga em São Paulo. In: V Encontro internacional sobre preservação do patrimônio edificado, 2017, Salvador. **Anais ...[]**. Salvador: IAB-Bahia, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35562057/Reinventar_para_intervir_perspectivas_de_conserva%C3%A7%C3%A3o_do_Bairro_do_Bexiga_em_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹ As informações de campo foram obtidas por meio de convívio constante em diversas ações do movimento de moradia desde 2021 e da participação por mais de dois anos do grupo de base do Bixiga. Agradeço enormemente às lideranças pela oportunidade de compartilhar os momentos de luta juntos e sem as quais este trabalho não seria possível.

² “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil. CAPES – Código de financiamento 001” (Portaria 206 de 04/09/2018).

³ Pesquisa contratada pela Prefeitura Municipal de São Paulo através do contrato 010/2021-SEHAB, resultante do pregão eletrônico 002/SEHAB/2021, no âmbito da Operação Urbana Consorciada Centro (OUCC). Não há publicação oficial dos seus resultados completos até a presente data, as informações foram obtidas nas reuniões de acompanhamento.